

Ato contra as privatizações e lançamento do livro O Futuro é Público

Dia 13/06 às 10h30,

**SENADO FEDERAL
COMISSÃO DE DIREITOS
HUMANOS E LEGISLAÇÃO
PARTICIPATIVA**



Privatizações no Brasil: como impedir o desmonte do Estado

Brasília, 13 de junho de 2022

Luiz Alberto dos Santos

Doutor em Ciências Sociais – Mestre em Administração

Especialista em Políticas Públicas e Gestão
Governamental

Consultor Legislativo do Senado Federal

Advogado - Professor da EBAPE/FGV

Colaborador do DIAP – Consultor do Comitê Nacional
em Defesa das Empresas Públicas

Privatizações no Brasil

- Tema presente na Agenda Governamental
- 7ª Onda de privatizações:
 - 1ª onda: Governo Figueiredo (1979)
 - 2ª onda: Governo Collor de Mello (1990-1991)
 - 3ª onda: Governo Itamar Franco (1993-1994)
 - 5ª onda: Governo FHC (1995-2002)
 - 6ª onda: Governo Temer: 2016-2018)
 - 7ª onda: Governo Bolsonaro (2019-2022)
- Uso de instrumentos jurídicos inconstitucionais
- Estrangulamentos legais para inviabilizar empresas estatais
- Novas formas de privatização: “parcerias”; “desinvestimento”; “abertura de capital (IPO)”
- Ampliação das alternativas privatizantes na saúde, educação, pesquisa científica e outros, por meio de “organizações sociais” e assemelhados
- Grande risco de dilapidação e desmonte do patrimônio público

Panorama das
Estatais

Busca

2022

 Digite o assunto...

saiba mais...

155

EMPRESAS
ESTATAIS
FEDERAIS

48

Controle Direto

18
DEPENDENTES

30
NÃO DEPENDENTES

107

Controle Indireto

Grupos:



Eletrobras



BANCO DO BRASIL

O Panorama das Estatais apresenta as empresas com informações cadastradas no Sistema de Informação das Estatais (SIST) e no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (SIOP), sendo de responsabilidade das empresas estatais federais a manutenção, integral e constantemente, de seus dados atualizados, conforme as seguintes normas vigentes:

- Portaria nº 9.357, de 04 de agosto de 2021, que disciplina as regras para o fornecimento de dados e documentos;

- Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016 (Art. 59, parágrafo único).

As informações das empresas em processo de cadastramento constarão no Panorama das Estatais à medida que os respectivos cadastros forem sendo providenciados. Por ora, com o objetivo de transparência, publica-se a lista com o nome de todas as empresas estatais federais.

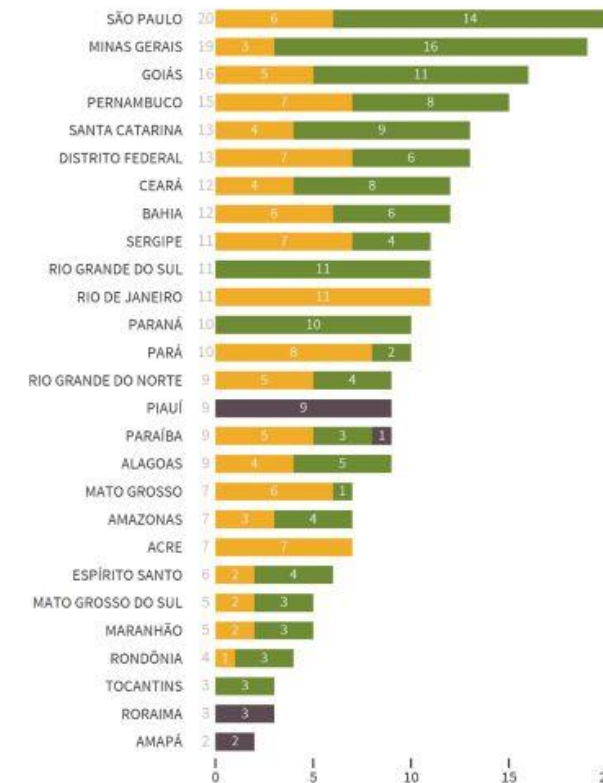
SEDE DAS ESTATAIS POR UF

**Relatórios
CGU**

**Estatais com Sede
no Exterior**

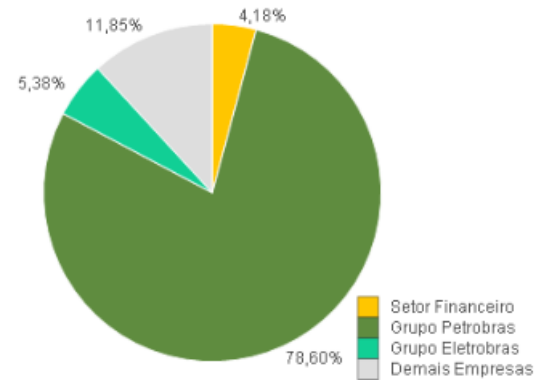
Quantidade de empresas por Estado

Dependentes Não Dependentes Não Informado

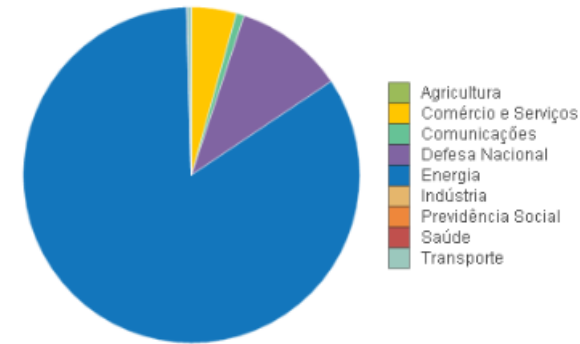


Estatais e investimento público

Orçamento de Investimento (OI) Executado por Grupo - 2022

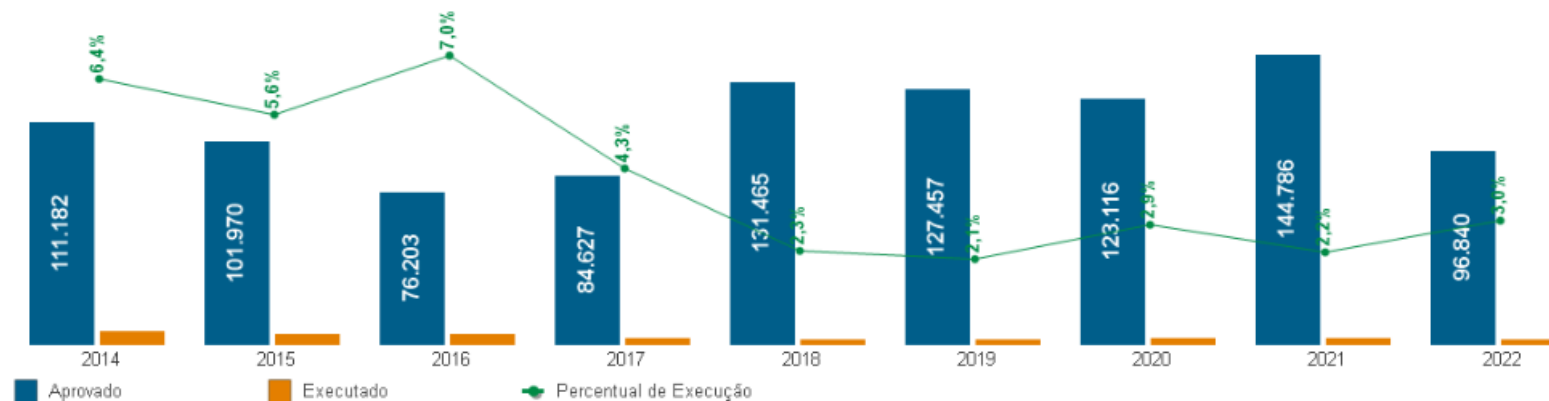


Orçamento de Investimento (OI) Executado por Área - 2022



Grupo	Lei+Créditos	Executado	Execução %
Grupo Eletrobras	10.889,61	156,66	1,44%
Grupo Petrobras	75.070,82	2.289,20	3,05%
Setor Financeiro	6.185,20	121,68	1,97%
Demais Empresas	5.165,03	345,09	6,68%
Total	96.840,15	2.912,63	3,01%

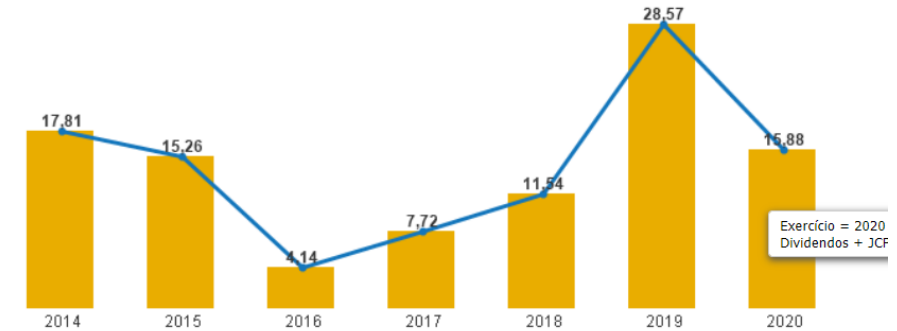
OI Aprovado para o Exercício x Executado até janeiro (R\$ Milhões)



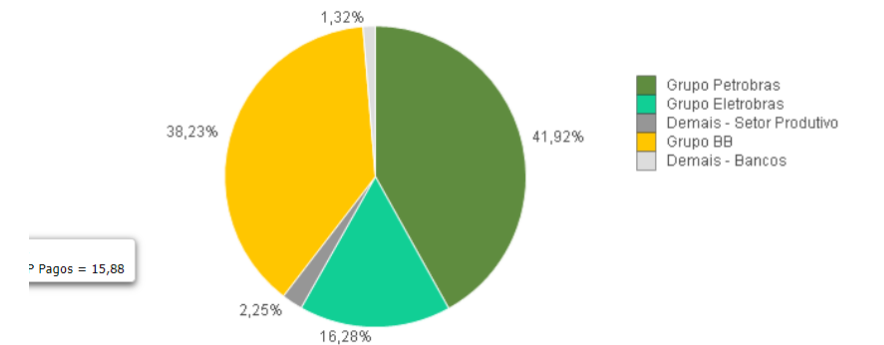
As Estatais e o Tesouro

- No seu conjunto, as estatais trazem grande contribuição às receitas do Governo
- Em 2020, apesar da redução causada pela crise (covid-19), foram pagos R\$ 16 bilhões em dividendos
- Eletrobrás e Petrobrás respondem por 58% dos dividendos recebidos
- BB responde por mais 38%
- Dividendos pagos cobrem mais do que é gasto com estatais dependentes, que cumprem finalidade social ou estratégica
- Porém, quadro de pessoal vem se reduzindo desde 2017

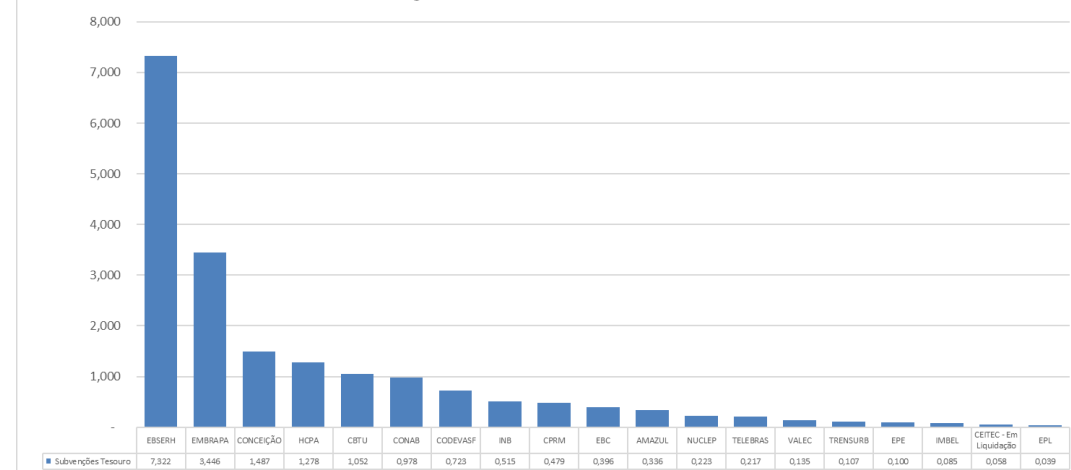
Empresa	2017	2018	2019	2020	Set/21	Varição (2020-Set/21)
Correios	107.981	105.333	99.467	98.101	90.204	-8,0%
Banco do Brasil	98.574	100.406	96.174	94.258	87.109	-7,6%
CAIXA	87.574	84.832	83.940	83.506	84.669	1,4%
PETROBRAS	46.441	47.039	46.006	41.361	39.038	-5,6%
Demais Empresas	162.840	157.618	150.122	150.343	148.204	-1,4%
TOTAL	503.410	495.228	475.709	467.569	449.224	-3,9%



Dividendos + JCP Pagos (R\$ Bilhões) por Grupo - 2020



Subvenções Tesouro - 2020 - Em R\$ Bi



Lucro de estatais rende R\$ 46 bi em receita ao governo

Estevão Taiar
De Brasília

O lucro das seis principais estatais no ano passado renderá R\$ 46 bilhões em receita primária para o governo federal, segundo o Ministério da Economia. Em 2021, Petrobras, Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, BNDES, Correios e Eletrobras apresentaram resultado líquido positivo de R\$ 186 bilhões.

Parte dos R\$ 46 bilhões já foi adiantada pela Petrobras em 2021. Mesmo assim, a tendência é que a maior parcela entre os cofres da União em 2022. A petroleira foi responsável por R\$ 107 bilhões dos R\$ 186 bilhões de lucro das estatais no ano passado. Segundo um integrante da equipe econômica, mesmo não levando em conta os dados da empresa, o lucro total "é um grande resultado". "Pela estabilidade, até mais do que pelo número", disse a fonte, destacando o papel de reformas, como a Lei das Estatais.

Três companhias aparecem em nível intermediário em termos de resultados: BNDES, com lucro líquido de R\$ 34,1 bilhões, Banco do Brasil (R\$ 21 bilhões) e Caixa Econômica Federal (R\$ 17,3 bilhões). Embora com cifras menores, chamam atenção os desempenhos da Eletrobras e dos Correios, com R\$ 5,7 bi-

lhão e R\$ 1 bilhão, respectivamente.

O ministro da Economia, Paulo Guedes, faz questão de afirmar, com frequência, que ambas têm chance de ser privatizadas. "Os Correios fizeram um trabalho de virada de resultado", diz um técnico do ministério, lembrando os prejuízos que a companhia apresentava em anos anteriores.

A projeção mais recente do Ministério da Economia, apresentada no Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias do primeiro bimestre, era que a arrecadação com dividendos e participações alcançaria R\$ 39,2 bilhões neste ano. O número foi revisado em relação à estimativa da Lei Orçamentária Anual, aprovada no fim de 2021, que era de R\$ 26,3 bilhões. O próximo relatório, do segundo bimestre, com possíveis novas projeções, será divulgado na sexta-feira da semana que vem.

Alexandre Manoel, da AZ Quest Investimentos, diz que, em razão do teto de gastos, um desempenho acima do esperado na arrecadação tende a melhorar o resultado primário — que considera a diferença entre receitas e despesas, sem contar os gastos com juros. Gabriel Leal de Barros, da Ryo Asset, calcula que a União receberá R\$ 41 bilhões em dividendos em 2022, mas diz que o reajuste do diesel colocado em prática anteontem pela Petrobras "impõe um viés de alta na arrecadação". **Página A5**

Previsão é de repasse de mais R\$ 100 bi até 2025

De Brasília

O Ministério da Economia calcula que as empresas estatais pagarão no mínimo algo em torno de R\$ 100 bilhões de dividendos e juros sobre capital próprio (JCP) para o governo federal entre o ano que vem e 2025. No Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) de 2023, espécie de prévia do Orçamento oficial, a pasta projeta que essas companhias vão transferir R\$ 99,4 bilhões para os cofres da União durante os três anos.

As estimativas indicam que a Petrobras continuará sendo, com folga, a empresa com participação do governo federal que terá maior participação dentro dos pagamentos: três parcelas anuais de R\$ 19,02 bilhões entre 2023 e 2025, somando R\$ 57,6 bilhões. Na sequência, aparecem Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), com pagamentos acumulados nos três anos de R\$ 16 bilhões, Banco do Brasil, com R\$ 13,7 bilhões, Caixa Econômica Federal, com R\$ 9,6 bilhões, e demais empresas, com R\$ 2,4 bilhões.

Na seção do PLDO em que trata dos riscos fiscais, o Ministério da Economia afirma também que há mais chances de os pagamentos das companhias surpreenderem positivamente do que negativamente. Segundo a pasta, a "metodologia de estimativa de dividendos se apoia em crité-

Estatais

Dividendos e JCP pagos à União - R\$ bi*

	2023	2024	2025
■ Petrobras	19,2	19,2	19,2
■ BNDES	6,8	4,3	5
■ BB	4,3	4,6	4,8
■ Caixa	2,7	3,3	3,6
■ Demais	0,8	0,8	0,8
Total	33,8	32,2	33,4

Fonte: Ministério da Economia

rios conservadores, evitando a adoção de distribuições de resultado acima dos percentuais tradicionalmente distribuídos e utilizando estimativas de lucro baseadas em previsões de mercado no caso das empresas de capital aberto ou avaliações da administração no caso das empresas públicas".

"Assim, o risco tende a ser, ao contrário, de maior recebimento de dividendos, especialmente em casos de distribuições complementares de remuneração ao acionista" diz.

Alexandre Manoel, economista-chefe da AZ Quest, afirma que pagamentos elevados da Petrobras nos próximos anos dependem principalmente de dois fatores: preços do petróleo no mercado internacional e manutenção da atual política de preços da companhia. Essa política, preço de paridade de importação (PPI), é baseada no preço do petróleo no mercado internacional e no câmbio. (ET)

A quem interessa a privatização

- Ao governo
 - Perspectiva fiscal: reduzir a pressão sobre o déficit público
 - Valorização da “livre iniciativa” e das “leis do mercado”
 - Redução da “interferência política” na gestão
 - Por outro lado:
 - abre mão de instrumentos de atuação para promover desenvolvimento e implementar políticas
 - perde receitas de dividendos em estatais lucrativas
- Aos empresários
 - Novas oportunidades de negócios e apropriação de lucros e dividendos
 - Apropriação de ativos e bens públicos por preços baixos
 - Monopólios estatais viram monopólios privados
 - Regulação fraca e lucro garantido, sem compromisso efetivo com qualidade e garantia dos serviços prestados – exemplo: Aeroportos
 - Financiamento estatal via BNDES



A quem não interessa

- Aos cidadãos
 - Menor controle social sobre a prestação de serviços públicos
 - Menor acesso a serviços que devem ser universalizados
 - Desresponsabilização do Estado
 - Redução da soberania do País
- Aos usuários
 - Aumento de preços
 - Orientação das empresas é pelo lucro
 - Queda da qualidade dos serviços
- Aos trabalhadores:
 - redução de salários
 - precarização das relações de trabalho
 - perda do conhecimento setorial acumulado



Lei Complementar 178, de 13 de janeiro de 2021 - alienação forçada das estatais

- Aprofunda as regras pro-privatização da Lei Complementar 151
 - Art. 13. A [Lei Complementar nº 159, de 19 de maio de 2017](#), passa a vigorar com as seguintes alterações:
 - "Art. 2º O Plano de Recuperação Fiscal será formado por leis ou atos normativos do Estado que desejar aderir ao Regime de Recuperação Fiscal, por diagnóstico em que se reconhece a situação de desequilíbrio financeiro, por metas e compromissos e pelo detalhamento das medidas de ajuste, com os impactos esperados e os prazos para a sua adoção.
 - § 1º Das leis ou atos referidos no **caput** deverá decorrer, observados os termos do regulamento, a **implementação** das seguintes medidas:
 - **I - a alienação total ou parcial de participação societária, com ou sem perda do controle, de empresas públicas ou sociedades de economia mista**, ou a concessão de serviços e ativos, ou a liquidação ou extinção dessas empresas, para quitação de passivos com os recursos arrecadados, observado o disposto no [art. 44 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000](#);
 - "Art. 11. Enquanto vigorar o Regime de Recuperação Fiscal, poderão ser contratadas operações de crédito para as seguintes finalidades:
 - VI - antecipação de receita da privatização de empresas de que trata o inciso I do § 1º do art. 2º;"

Infraestrutura Concessionárias reparam sistemas da Cedae, com foco inicial em distribuição de água e despoluição

Um ano após leilão, saneamento do Rio recebeu R\$ 250 milhões

Gabriel Vasconcelos
Do Rio

Um ano depois do primeiro leilão de concessão dos serviços da Companhia Estadual de Águas e Esgotos do Rio de Janeiro (Cedae) — o maior do país, com arrecadação de R\$ 22,6 bilhões em outorgas —, as duas empresas vencedoras, dos grupos Aegea e Iguá, afirmam ter investido cerca de R\$ 250 milhões. O foco é melhorar e reparar a rede deixada pela Cedae, sobretudo na distribuição de água.

As companhias também buscam ampliar a base de clientes em áreas carentes por meio da tarifa social e se preparam para iniciar intervenções mais estruturais na coleta e tratamento de esgoto. A obrigação contratual de alcançar 90% de cobertura nessa frente até 2033 é apontada pelos executivos como o maior desafio do negócio.

As empresas planejam construir tubulações separadoras, conectadas à casa dos usuários, mas, antes, introduzir os chamados coletores de tempo seco. Essa “tubulação-cinturão”, que desvia o esgoto às estações de tratamento, é encarada como a solução a curto e médio prazos para a despoluição dos corpos hídricos que deságuam nos

rios, lagoas e baías do Estado, e cuja recuperação é estratégica nas políticas ESG de Aegea e Iguá.

O presidente da Águas do Rio (Aegea), Alexandre Bianchini, diz que a empresa investiu R\$ 217 milhões nos dois blocos que arrematou no fim de 2021, mas só assumiu plenamente em novembro, há seis meses. É apenas uma fração dos R\$ 24,4 bilhões previstos nos 35 anos da concessão, mas com “bom potencial de impacto”, defende.

O montante serviu à recuperação de estruturas e introdução de tecnologia, como mapeamento digital de pressão da rede em 124 bairros da capital e 26 municípios do interior e da região metropolitana, como os populosos Duque de Caxias, Nova Iguaçu e São Gonçalo, com baixas coberturas de esgoto, por vezes abaixo de 30%.

“Temos informação em tempo real de mais de mil pontos de pressão [da tubulação].” A novidade, diz Bianchini, permitiu inaugurar o que chama de “ciclo de 100”, uma centena de obras concomitantes originadas pelos alertas no painel e reclamações, que envolvem reparos como desentupimentos e instalação de novas bombas. “De cara o foco está na distribuição de água, que a população sente mais. Em se-

guida virá o esgoto”, continua.

A cobertura de água nas áreas da Águas do Rio está em 89% e tem de chegar a 99% em 12 anos. Mas entre 25% e 30% dos usuários contemplados têm problemas de intermitência. A concessionária deve mirar estruturas como as 12 grandes estações de tratamento de esgoto inauguradas nos anos 1990 e hoje subutilizadas. “Há estações com capacidade para tratar 1,5 mil litros de esgoto por segundo processando abaixo de 300 litros.” O ajuste no volume tratado, diz, vai aliviar a baía de Guanabara, definida como “joia da concessão”.

A empresa só não controla o saneamento em dois dos 17 municípios que vertem águas para o cartão-postal, levando junto 18 mil litros de esgoto a cada segundo. Solução mais definitiva, o projeto do coletor de tempo seco já foi apresentado à reguladora estadual (Agenersa), e pode ter a construção iniciada ainda esse ano, consumindo R\$ 2,7 bilhões até 2026.

Pela Iguá, que assumiu o sistema há três meses, após operação assistida pela Cedae, o presidente da holding, Carlos Brandão, afirma que foram dispensados perto de R\$ 30 milhões em melhorias. O montante deve bater os R\$ 200



Baía de Guanabara, a “joia da concessão”, recebe 18 mil litros de esgoto por segundo, mas tem plano de despoluição

milhões neste ano. A empresa atua em parte da zona oeste da capital e duas cidades do centro-sul do Estado. Em 35 anos, o plano é investir de R\$ 3 bilhões.

Brandão diz haver 58 elevatórias de esgoto deterioradas, o que leva a subutilização de estações. A principal delas, da Barra da Tijuca, trata menos de um terço do que é capaz, 2,5 mil litros por segundo. “Vamos abrir um painel on-line para o acompanhamento dos reparos pela população. Temos 50% das obras civis prontas e vamos começar a parte mecânica e elétrica”, diz. Os reparos devem consumir R\$ 60 mi-

lhões e auxiliar na despoluição do complexo lagunar de Jacarepaguá.

As lagoas da região cortam a área de concessão e recebem esgoto “in natura” de mais de cem comunidades. Ali também se quer construir coletoras de tempo seco entre três e cinco anos a um custo estimado de R\$ 126 milhões. A Iguá aguarda licenciamento ambiental para iniciar o trabalho. A ampliação da rede separadora em áreas de ocupação irregular está orçada em R\$ 305 milhões em dez anos. A empresa atua na despoluição do complexo, com coleta de lixo sólido e um projeto de dragagem de 2 mi-

lhões de metros cúbicos de lodo a fim de expandir o espelho d’água e permitir mais troca de águas.

O secretário da Casa Civil do governo do Estado, Nicola Miccione, disse que as concessões estão na fase inicial e que o grosso do investimento ainda será realizado. Segundo ele, mais de 100 mil casas passaram a ter acesso a água desde novembro, quando a primeira concessionária assumiu a operação. afirmou que há também ganhos na geração de empregos. A Cedae tinha cerca de 5 mil funcionários, hoje são 4 mil. As duas concessionárias contrataram mais de 7 mil.

Nova lei 'expulsa' estatais, e 20% das cidades terão que leiloar saneamento

Daniel Rittner
De Brasília

Pelo menos 1.117 municípios brasileiros não se adequaram às exigências do novo marco legal do saneamento e ficaram em situação irregular. Com isso, terão que licitar a prestação dos serviços, abrindo espaço para a troca de companhias estatais de água e esgoto por operações privadas em 20% das localidades do país.

Estão na lista sete capitais: Salvador, Belém, São Luís, Teresina, João Pessoa, Boa Vista e Rio Branco. No total, há 16 cidades com mais de 200 mil habitantes cujos contratos de programa com as empresas de saneamento descumprem o que foi estabelecido na nova legislação. São municípios como Angra dos Reis (RJ), Caruaru (PE), Imperatriz (MA), Arapiraca (AL) e Santarém (PA).

Esse mapeamento inédito foi feito pela Associação Brasileira das Concessionárias Privadas de Água e Esgoto (Abcon) e compila as informações levantadas pelas agências que regulam a prestação dos serviços de saneamento.

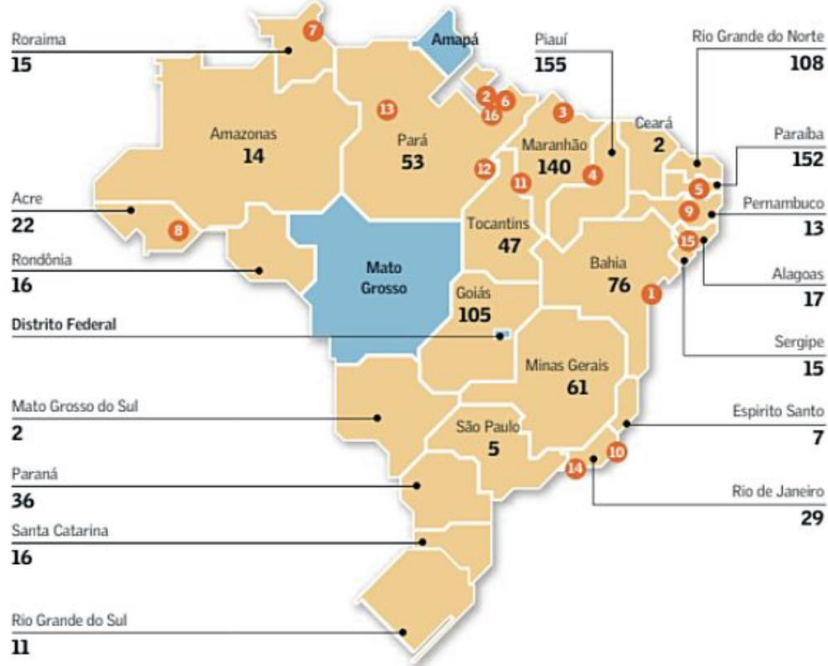
Cerca de metade da população no país vive sem acesso à rede de esgoto e quase 16% não têm abastecimento regular de água potável. Pelo novo marco, que foi sancionado no ano retrasado, a universalização deverá ser alcançada até 2033. As empresas precisarão garantir atendimento de água em 99% de suas áreas e coleta/tratamento de esgoto em 90%.

Um dos prazos-chave da legislação era 31 de março de 2022. Até essa data, as operadoras que tinham contratos de programa com prefeituras precisavam assinar aditivos incluindo as metas de universalização. Isso só podia ocorrer

Fora das novas regras

Municípios que não comprovaram capacidade econômica*

■ Nº de municípios
■ Totalmente regularizados ■ Não regularizados



Municípios com mais de 200 mil habitantes

- | | | |
|--------------------|--------------------|------------------------|
| 1 Salvador (BA) | 7 Boa Vista (RR) | 13 Santarém (PA) |
| 2 Belém (PA) | 8 Rio Branco (AC) | 14 Angra dos Reis (RJ) |
| 3 São Luís (MA) | 9 Caruaru (PE) | 15 Arapiraca (AL) |
| 4 Teresina (PI) | 10 Macaé (RJ) | 16 Castanhal (PA) |
| 5 João Pessoa (PB) | 11 Imperatriz (MA) | |
| 6 Ananindeua (PA) | 12 Marabá (PA) | |

Fonte: Abcon. * Para universalizar o saneamento (99% de abastecimento de água; 90% de coleta e tratamento de esgoto) até 2033, conforme determinação do novo marco legal

União corta repasses em saneamento e tenta incentivar licitação de serviço

De Brasília

Servidora pública desde 2009, com passagens pelo Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) e pelo Ministério do Desenvolvimento Regional, Verônica Sánchez foi uma das principais formuladoras da proposta original de novo marco regulatório do saneamento básico quando esteve na assessoria especial da Casa Civil (gestão Michel Temer).

Ela foi nomeada oficialmente para o comando da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) há três semanas, com mandato até janeiro de 2026, mas a cerimônia de posse ocorreu apenas ontem. Outros três diretores foram empossados.

Após a primeira leva de leilões no saneamento, com R\$ 47 bilhões em aportes contratados e cerca de R\$ 30 bilhões em outorga arrecadada, Verônica acredita que vem aí uma segunda rodada de grandes investimentos privados. Isso porque acaba de ser concluída a peneira nas companhias de água e esgoto que têm ou não condições financeiras de cumprir com a exigência legal de universalização dos serviços até 2033.

Até o fim do ano passado, todas

as estatais com contratos em andamento tinham que enviar documentos para comprovação de capacidade econômica-financeira necessária para fazer frente a esses investimentos. Sete companhias estaduais — no Acre, Amazonas, Maranhão, Pará, Piauí, Tocantins e Roraima — já haviam ignorado esse prazo e deixado de mandar a documentação. Com isso, seus contratos tornaram-se irregulares.

A esse grupo se somou mais uma lista de empresas que não passaram pelo crivo dos órgãos reguladores subnacionais: Água de Serra do Ramalho (BA), a Caerd em Ji-Paraná (RO) e a Copanor (que atua em todo o norte e nordeste de Minas Gerais). Outras operadoras públicas, como a Embasa em Salvador e a Cagepa em João Pessoa, já vinham prestando serviços sem contrato nessas localidades e estão em situação totalmente irregular.

Para a nova presidente da ANA, um dos grandes desafios de agora em diante será fazer com que os municípios — titulares dos serviços de saneamento — promovam a licitação das operações. Para incentivar que isso ocorra, já entrou em vigência uma regra importante do novo marco legal. Quem estiver em desatendimento à lei já

não tem mais acesso a recursos da União (Ministério do Desenvolvimento Regional, Funasa, FGTS) ou a financiamento federal (via BNDES, Caixa, bancos regionais).

Os municípios têm autonomia para licitar individualmente as concessões de saneamento, mas essa escolha deixaria as prefeituras ainda sem acesso aos recursos federais. Para que repasses e financiamento sejam normalizados, elas precisam aderir aos blocos regionalizados. Cabe aos Estados desenhar áreas de concessão. A União pode sugerir blocos, mas Estados e municípios não têm que aceitá-los.

A agência, observa Verônica, também está abrindo conversas com o Ministério Público Federal a fim de abastecer o órgão de controle com informações sobre localidades que estão descumprindo a lei. É uma forma, diz, de pressionar os gestores a adequar os serviços de água e esgoto ao novo marco.

Ela pediu ainda, ao Ministério da Economia, a abertura de concurso para 101 vagas na ANA a fim de reforçar o time responsável por saneamento. A agência atua, porém, apenas com normas de referência no setor. A regulação cabe a 89 reguladores estaduais, municipais ou intermunicipais. (DR e RB)

Privatização e Desinvestimentos

- Desde o início do atual Governo, registra-se a privatização ou extinção de **35** empresas estatais, sendo **8** delas por incorporação a empresas controladoras, e **13** alienadas ao setor privado, além de **7** liquidadas.
- Apenas em 2019 foram objeto de alienações R\$ 105,4 bilhões e, até abril de 2020, 29,5 bilhões, envolvendo ativos e participações acionárias, inclusive minoritárias, e foram objeto de privatização ou unidades operacionais:

Desestatização		Desinvestimentos	
PETROBRAS:	R\$ 50,4 bi	CAIXA:	R\$ 14,6 bi
Distrib. Paraguai	1,5	IRB	2,5
Pasadena	1,7	Petrobras	8,5
TAG	33,5	Banco PAN	0,5
BR Distribuidora	0,025	Banco do Brasil	3,1
Belém Bioenergia	9,6		
Liquigás	3,7	BANCO DO BRASIL:	R\$ 6,0 bi
PFISA	0,4	SBCE	0,003
		Neoenergia	1,8
		IRB	4,2
ELETRONAS: (*)	R\$ 1,0 bi	PETROBRAS:	R\$ 20,3 bi
Amazonas Energia	0,00005	POG B.V.	6,0
Lote M	0,08	Maromba	0,3
CEAL	0,00005	Enchova e Pampo	3,2
Lote H	0,25	Baúna	2,5
Lote J	0,1	Polo Macau	0,7
Lote C	0,07	Ponta do Mel e Redonda	0,029
Lote O	0,09	Campos de Pargo,	1,32
Lote F	0,18	Carapeba e Vermelho	
Lote L	0,07	Polo Lagoa Parda	0,038
Lote N	0,04	Bacia Potiguar	1,1
Lote K	0,1	Tartaruga Verde	5,1
Lote P	0,04		
R\$ 51,4 bilhões		R\$ 83,5 bilhões	

unidades operacionais:

Fonte: Ministério da Economia. Secretaria Especial de Desestatização, Desinvestimento e Mercados. A Reconstrução do Estado. 22.03.2020. Disponível em <https://www.gov.br/economia/pt-br/centrais-de-conteudo/apresentacoes/2020/abril/a-reconstrucao-do-estadoseddm-22-04-2020-1.pdf/view>.

- Desde então, novas privatizações e desinvestimentos ocorreram, como a venda de refinarias da Petrobrás, e novas concessões de aeroportos e rodovias, a total alienações de ações da Vale do Rio Doce detidas pelo BNDES.
- Na relação de empresas que o Governo considera em processo de, ou passíveis de privatização, estão os Correios, a Codesp, a CBTU, o Serpro, Dataprev, Emgea, ABGF, Ebserh, Finep, Hemobrás, Valec, Infraero, Conab, Ceasaminas, Ceitec, Cia Docas de São Sebastião, Codesa, Telebras e Trensurb e até mesmo a Presal Petróleo S.A.
- Apesar da amplitude da linha “privatista” o Governo anunciou não haver decisão de privatizar empresas como a CEAGESP, a EMBRAPA e a Casa da Moeda, expressamente excluídas pelo Presidente da República, em declaração pública, do rol de empresas privatizáveis.
- Em 2020 concluiu-se a liquidação da CODOMAR e Companhia de Armazéns e Silos do Estado de Minas Gerais – Casemg
- Já se acham processo de privatização a **Eletrobrás** e em processo de liquidação a **CEITEC**.
- Tramita no Senado projeto para viabilizar privatização dos **Correios**.
- **Porto de Santos: privatização em curso – Edital em fase de conclusão para ser enviado ao TCU**
- **Para responder a crise dos preços dos combustíveis, Governo decidiu dar início a privatização da PETROBRAS e incluiu a PPSA no Programa Nacional de Desestatização.**
- **Tramita no Congresso projeto de lei (PL 5007/2022), já com pedido de urgência, para extinguir o regime de partilha da produção e a PPSA.**
- **Em 6 de junho de 2022, Governo enviou ao Congresso PL 1583/22 para permitir a União a Casem ceder, de forma integral, a sua parcela do excedente em óleo proveniente de contratos de partilha de produção, para fazer caixa no curto prazo (R\$ 394 bilhões)**

PROGRAMA DE
PARCERIAS DE
INVESTIMENTOS

Carteira de projetos atual

Atualizado
em
01/06

Portos (33)

- 4 Concessões (2 privatizações)
- 25 Terminais Portuários/Portos
- 1 Concessão de hidrovia
- 1 Concessão de canal de acesso a porto
- 1 Licenciamento de hidrovia
- 1 túnel de acesso ao porto

Rodovias (28)

- 20 projetos para concessão
- 8 Licenciamentos

Aeroportos (26)

- 16 Aeroportos a serem concedidos
- 8 aeroportos regionais
- 2 relicitações de aeroportos

Ferrovias (8)

- 3 Renovações
- 4 Concessões
- 1 Privatização c/ concessão

Óleo e Gás (2)

- 1º ciclo Oferta Permanente – Partilha
- 1 Privatização (PPSA)

Energia (11)

- 2 Leilões de Transmissão
- 7 UHEs (licenciamento ambiental)
- 3 Privatizações (Eletrobrás e Nuclep)

Mineração (10)

- 6 Cessões de Direitos Minerários da CPRM
- 4 rodadas de Disponibilidade de áreas ANM

Desenvolvimento Regional (8)

- 7 projetos de irrigação
- 1 projeto de infraestrutura Hídrica (PISF)

Parques nacionais e Florestas (27)

- 18 Concessões de parques e florestas pra visitação
- 9 Concessões de florestas para manejo sustentável

Turismo (6)

6 Concessões de prédios históricos e turísticos (CE, MG, PB, PE, SP e RJ)

Terminais Pesqueiros Públicos (4)

- 4 Concessões de TPP

Abastecimento (2)

- 1 Privatização da Ceasaminas
- 1 Projeto CONAB (148 armazéns e imóveis)

Mobilidade Urbana (2)

- CBTU + linha 2 do metrô BH
- Trensurb

Defesa e Segurança Pública (PPP's) (1)

- 1 Guarda de veículos da PRF

Comunicações e Tecnologia (3)

- 3 privatizações (Telebras, Correios e EBC)

Economia (5)

- 4 Privatizações (ABGF, EMGEA, Serpro e Dataprev)
- 1 Loterias (Lotex)

176
Projetos



Carteira atual do PPI no Apoio aos projetos dos entes subnacionais

Atualizado
em
27/05



Resíduos Sólidos (9)

FEP (8)

- Município de Teresina/P
- Município de Bauru/SP
- Consórcio Municipal Comares/CE (9 municípios)
- Consórcio Centro-oeste Mineiro (34 municípios)
- Consórcio Mogiana/SP (20 municípios)
- Consórcio CI Centro/RS (32 municípios)
- Consórcio Oeste Paulista/SP (10 municípios)
- Consórcio CEMMIL (6 municípios)

BNDES (1)

- Municípios do Estado do Amapá



Hospital (3)

- Guarulhos/SP: Hospital Municipal da Criança e do Adolescente (HMCA),
- Aracaju/SE e Jaboatão dos Guararapes/PE: PPPs de Atenção Primária à Saúde (APS)



Iluminação Pública (26)

FEP (municípios): 24

- | | |
|-----------------------------|-------------------------|
| • Corumbá/MS | • Camaçari/BA |
| • Valparaíso de Goiás/GO | • Barreiras/BA |
| • Crato/CE | • Alagoinhas/BA |
| • Colatina/ES | • Araçatuba/SP |
| • Timon/MA | • Itanhaém/SP |
| • Foz do Iguaçu/PR | • Ariquemes/RO |
| • Ribeirão Preto/SP | • Nova Iguaçu/RJ |
| • Teixeira de Freitas/BA | • Olinda/PE |
| • Ponta Grossa/PR | • Consórcio Alto Sertão |
| • Paragominas/PA | • Fazenda Rio Grande/PR |
| • Santo Antônio de Jesus/BA | • Nova Lima/MG |
| | • Maraguape/CE |
| | • Araguari/MG |

BNDES (municípios): 2

- Curitiba/PR
- Canoas/RS



Saneamento Básico (7)

BNDES (5)

- Estado de Minas Gerais
- Estado da Paraíba
- Estado de Sergipe
- Estado de Rondônia
- Município de Porto Alegre/RS

FEP (2)

- Engenho Maranhão - Pernambuco
- Município de São Gonçalo do Amarante/RN



Esgotamento Sanitário (2)

FEP (1)

- Município de Volta Redonda /RJ

BNDES (1)

- Estado do Ceará



Creches (3)

- Município de Teresina/PI (20 unidades)
- Município de Recife/PE (40 unidades)
- Consórcio Intermunicipal/SC



Presídios (2)

- Estado do Rio Grande do Sul
- Estado de Santa Catarina



Unidades Sócioeducativas (2)

- Estado de Minas Gerais
- Estado de Santa Catarina



Locação Social (1)

- Município de Recife/PE

55

Projetos

Empresas Públicas:
Fakes & Hechos
(em espanhol)



O Futuro é
Público: Pela
propriedade
pública dos
serviços
públicos

“O Futuro é Público”

- Pesquisa publicada em julho de 2020 pelo *Transnational Institute*, *think tank* progressista sediado na Holanda, sobre a retomada de serviços públicos ao redor do mundo.
- Tradução e publicação da versão brasileira autorizada pelo TNI, por iniciativa do Comitê Nacional em Defesa das Empresas Públicas e FENAE
- Publicada em dezembro de 2020



Comitê Nacional
em Defesa das
Empresas Públicas





O FUTURO É PÚBLICO

PELA PROPRIEDADE PÚBLICA DOS SERVIÇOS PÚBLICOS



EDITADO POR
Satoko Kishimoto,
Lavinia Steinfert e
Olivier Petitjean

Remunicipalização e municipalização = retornar ao público o que é público

- Trabalho de grande importância e impacto conduzido pelo TRANSNATIONAL INSTITUTE, sob coordenação de **Satoko Kishimoto, Lavinia Steinfert e Olivier Petitjean**
- Participação de 16 entidades sindicais, de pesquisa e da sociedade civil
- Levantamento amplo de iniciativas em todo o mundo para resgate da propriedade pública e prestação de serviços públicos com a participação das comunidades e dos trabalhadores

Entidades envolvidas na pesquisa e publicação

- Transnational Institute (TNI)
- Multinationals Observatory
- Câmara Federal Austríaca do Trabalho (AK)
- Sindicato Canadense de Empregados Públicos (CUPE)
- Sindicato Dinamarquês dos Empregados Públicos (FOA)
- De 99 Van Amsterdam
- The Democracy Collaborative (EUA)
- Federação Europeia dos Sindicatos de Serviços Públicos (EPSU)
- Ingeniería Sin Fronteras Cataluña (ISF)
- MODATIMA (Movimento de Defesa da Água, Terra e Meio Ambiente, Chile)
- Municipal Services Project (MSP)
- Confederação de Sindicatos de Trabalhadores dos Países Baixos (FNV)
- Sindicato Norueguês dos Empregados Municipais e Gerais (Fagforbundet)
- Public Services International (PSI) e Public Service International Research Unit (PSIRU)
- University of Glasgow (Escócia)
- We Own It (Reino Unido).

Edição brasileira publicada pelo

Comitê Nacional em Defesa das Empresas Públicas e pela
FENAE - Federação Nacional das Associações do Pessoal da Caixa Econômica Federal,
mediante autorização do Transnational Institute.

Tradução: **Diálogo Institucional Assessoria e Análise de Políticas Públicas** – Paulo Maurício Costa e Luiz Alberto dos Santos

1408 (Re)municipalizações de serviços públicos



ENTRE 2000 E 2019, MAIS DE 2.400 CIDADES EM 58 PAÍSES
COLOCARAM SERVIÇOS PÚBLICOS SOB CONTROLE PÚBLICO

Setores de remunicipalização

311
Água



País	Nºcasos
França	109
Estados Unidos	71
Espanha	38
Alemanha	17
Canadá	8
Argentina	8
Filipinas	7
Itália	4
Hungria	4
África do Sul	3
México	3
Cazaquistão	3
Indonésia	3
Colômbia	3
Venezuela	2
Ucrânia	2
Reino Unido	2
Turquia	2
Moçambique	2
Malásia	2
Índia	2
Brasil	2
Bolívia	2
Uzbequistão	1
Uruguai	1
Uganda	1
Tanzânia	1
Suécia	1
Rússia	1
Portugal	1
Libano	1
Guiné	1
Equador	1
República	1
Centroafricana	1
Bélgica	1
Albânia	1

223
Governo local



Habituação	31	
Alimentação e restaurante	28	
Manutenção de espaços públicos (verdes)	22	
Serviços de segurança e emergência	17	
Estacionamento	15	
Limpeza e manutenção de edifícios	14	
Esportes	12	
Atividades culturais	9	
Informática	7	
Construção	7	
Prisões	5	
Serviços funerários	4	
Recursos humanos	3	
Outros	49	

País	Nºcasos
Reino Unido	55
Espanha	40
Alemanha	34
França	21
Canadá	15
Dinamarca	12
Países Baixos	8
Austria	7
Filipinas	6
Noruega	5
Coreia do Sul	5
Chile	3
Finlândia	3
Austrália	2
Malásia	2
Índia	1
Itália	1
Nova Zelândia	1
Turquia	1
Estados Unidos	1

192
Telecomunicações



País	Nºcasos
Estados Unidos	145
Alemanha	35
Países Baixos	7
Canadá	3
Malásia	1

374
Energia



País	Nºcasos
Alemanha	305
Espanha	18
Reino Unido	13
Estados Unidos	11
Japão	4
Países Baixos	4
Austrália	2
Bélgica	2
Dinamarca	2
França	2
Grécia	2
Índia	2
Argentina	1
Bulgária	1
República Checa	1
Honduras	1
Lituânia	1
Filipinas	1
Ucrânia	1



47
Transporte



País	Nºcasos
França	21
Reino Unido	12
Austria	3
Países Baixos	3
Canadá	2
Portugal	2
República Checa	1
Índia	1
Malásia	1
Turquia	1

138

Serviços sociais e de atenção à saúde

75



63

38
Educação



País	Nºcasos
Japão	12
Malásia	6
Alemanha	5
Reino Unido	4
Filipinas	3
Canadá	2
Espanha	2
Brasil	1
Chile	1
Índia	1
Nicarágua	1

85
Resíduos



País	Nºcasos
Noruega	19
Reino Unido	15
Dinamarca	13
Alemanha	13
Canadá	7
Espanha	6
Egito	4
França	3
Países Baixos	3
Paraguai	1
Peru	1

As remunicipalizações se esforçam por

297

MAIOR CAPACIDADE LOCAL
PARA A CONSTRUÇÃO DA
RIQUEZA COMUNITÁRIA



188

TARIFAS MAIS BAIXAS
PARA OS RESIDENTES



158

MELHORES
CONDIÇÕES
DE TRABALHO



149

MELHORAR
O CONTROLE DEMOCRÁTICO
E A PROPRIEDADE PÚBLICA

264

MAIOR
INVESTIMENTO PÚBLICO
PARA SERVIÇOS DE QUALIDADE



209

ALCANÇAR OBJETIVOS DE
POLÍTICAS QUE BENEFICIEM
ÀS PESSOAS E O PLANETA



27

RESponder À FALÊNCIA
DO SETOR PRIVADO



9

ENFOQUE FEMINISTA
nos serviços públicos



142

MELHOR
SAÚDE PÚBLICA
E REDUÇÃO DE DANOS



245

CUSTOS
MAIS COMPETITIVOS
E ECONOMIAS PARA O
SETOR PÚBLICO



76

ASSOCIAÇÃO ENTRE
USUÁRIOS, TRABALHADORES OU
COMUNIDADES E AUTORIDADES
PÚBLICAS



119

MEDIDAS PARA ENFRENTAR
A CRISE CLIMÁTICA



138

ACESSO UNIVERSAL
PARA PROTEGER OS
DIREITOS HUMANOS
E SOCIAIS



Recuperando e criando serviços públicos: (Re)municipalização

Remunicipalização

924



Municipalização

484



Lutando contra a privatização dos serviços públicos

A corrente neoliberal é poderosa ...

Venda de bens públicos

Iniciativas de financiamento privado (IFP)

Mercantilização

Parcerias Público-privado (PPP)

Licitações

Terceirização

Concorrência de mercado liberalizado

Desprivatização/ Recuperar o controle dos serviços públicos

924

Remunicipalizações

- Rescisão/ não renovação de contratos privados
- Aquisição pública
- Internalização/ recuperar o controle público dos serviços

Reino Unido

94



Noruega

18



19



França

109



PARCERIAS PÚBLICO-PÚBLICAS

Cooperação intemunicipal entre homólogos

PARCERIAS ENTRE ENTIDADES PÚBLICAS E A COMUNIDADE

Organizações locais sem fins lucrativos

PARCERIAS ENTRE ENTIDADES PÚBLICAS E BENS COMUNS

Copropriedade, propriedade pública diversificada, coprodução de serviços

484

Municipalizações/ criação de serviços públicos

- Novas empresas municipais
- Novos programas de serviços públicos

Estados Unidos

141



Chile

40



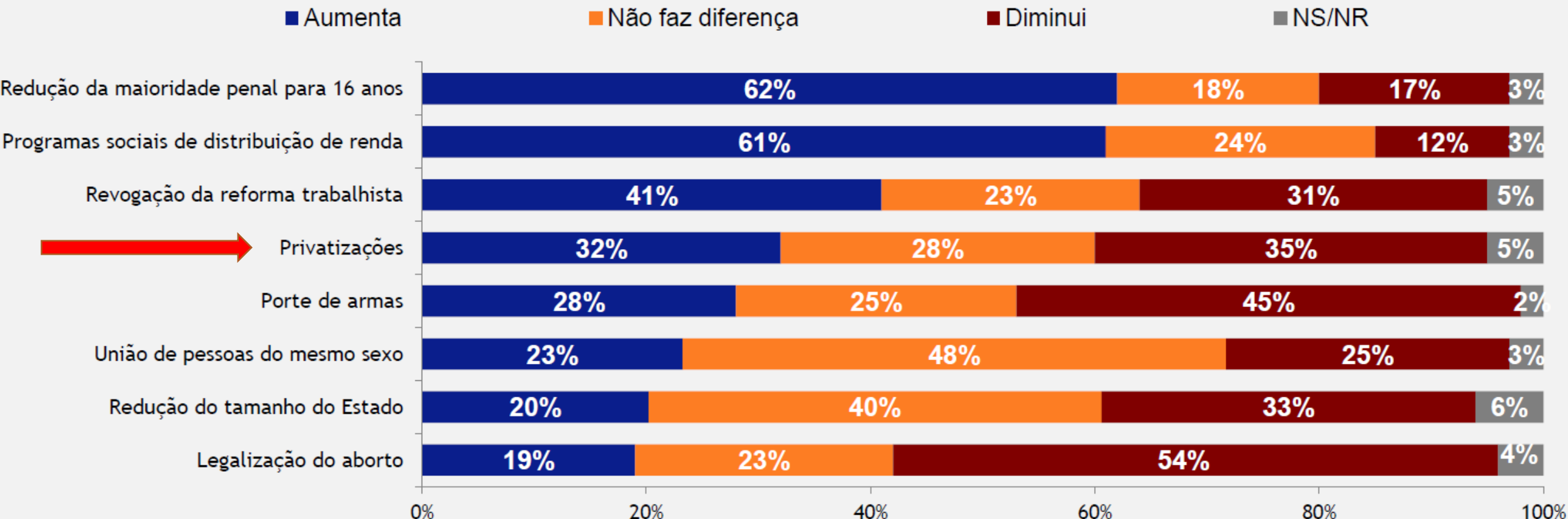
Filipinas

21



Massa crítica de mudanças locais inspira a propriedade pública democrática em todo o país

Posicionamento quanto à temas e influência no voto



?

PERGUNTA: Agora, irei falar sobre alguns temas importantes que podem ser abordados nas campanhas dos candidatos à presidência. Gostaria de saber se, na sua opinião, o posicionamento de um candidato a favor de cada um desses temas aumenta, não faz diferença ou diminui sua vontade de votar neste candidato. (ESTIMULADA E ÚNICA)

Em conclusão:

- “Este livro demonstra que quando os serviços públicos são de **propriedade pública e organizados democraticamente** eles podem efetivamente **promover a riqueza da comunidade e a economia local**. É hora de **exigir a propriedade pública democrática em todos os níveis** e exigir o **acesso universal a serviços públicos** para que todas as pessoas possam levar uma vida digna e próspera. Como o racismo, o fascismo e a extrema-direita estão em ascensão, **oferecer soluções sistêmicas viáveis que funcionam para as pessoas e para o planeta pode ajudar significativamente na reconstrução de nossas sociedades e economias** com base na solidariedade e na cooperação. Nosso futuro público está na **esperança**, não no **medo**, e repousa nas mãos das **comunidades**, não das **empresas**.”
- Privatização não é irreversível, nem a melhor opção para atender às necessidades da sociedade. **"Quando tudo for privado, estaremos privados de tudo"**.
- Governança democrática: democratizar o controle das empresas estatais, ampliando a responsividade, transparência e capacidade de gestão é possível e necessário.
- “O Futuro é Público” traz não somente exemplos ricos e atuais de como enfrentar e reverter as privatizações, mas ensina caminhos a serem explorados, fornece argumentos e elementos reais para discutir e combater as privatizações, e nos inspira a buscar uma união ainda mais intensa entre os trabalhadores das Estatais, os estudiosos do Estado e seu papel, e as organizações da sociedade civil para mobilizar a opinião pública e os atores políticos para impedir as privatizações e reverter o que já foi feito.



Obrigado!

Luiz.alb.santos@gmail.com

www.politicapublica.wordpress.com

